

Comunicação para a cidadania e pessoas com deficiência: uma análise da divulgação do Censo 2022 no Brasil¹

Amanda Ganzarolli²
Universidade Metodista de São Paulo

RESUMO

Este artigo propõe discutir como a recente divulgação dos dados do Censo 2022 sobre pessoas com deficiência, realizada pelo IBGE, foi comunicada à sociedade — com ênfase na forma, no alcance e na repercussão dessa comunicação nos veículos, nas plataformas digitais e entre movimentos sociais. Como objeto de análise, foram selecionados os 20 primeiros resultados sobre o Censo em portais de notícias, a fim de compreender como o tema foi abordado, em comparação com publicações em perfis no *Instagram*. Para isso, utilizam-se como principal referencial teórico os estudos de Saga e Ignarra (2023) e Liesen (2020). A metodologia, de análise de conteúdo categorial, ampara-se em Lycarião e Sampaio (2021). Os resultados apontam aspectos positivos na abordagem do tema, mas evidenciam também a necessidade de maior preparo para coberturas jornalísticas que envolvam pautas sobre deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: pessoas com deficiência; censo 2022; jornalismo, capacitismo.

INTRODUÇÃO

Em maio de 2025, diversos veículos de comunicação brasileiros repercutiram os dados inéditos divulgados pelo IBGE sobre pessoas com deficiência, especialmente sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) registrados oficialmente pela primeira vez no Censo Demográfico de 2022. Em uma busca de notícias no Google, nos principais portais jornalísticos do país, após a divulgação do IBGE, este trabalho investigou a cobertura do tema, concentrada no dia 23 de maio, e o envolvimento tanto de mídias nacionais quanto regionais, como a BBC Brasil, a CNN Brasil, o Estado de S. Paulo, a Folha de S. Paulo, o G1, o UOL e o Valor Econômico. Os conteúdos foram veiculados em diferentes formatos como textos, vídeos e materiais híbridos, ampliando o alcance da informação. Deste modo, utiliza-se da análise de conteúdo, para compreender como os dados foram divulgados de forma a amplificar o estereótipo sobre TEA ou se forneceram uma comunicação para cidadania de modo a contemplar o papel

¹ Trabalho apresentado no GP 09 - Comunicação para a Cidadania, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom). Bolsista Capes. E-mail: aamandaganzarolli@gmail.com.

social do jornalismo (Lycarião e Sampaio, 2021). Como fundamentação teórica, opta-se por articular estudos sobre deficiência, com base nas obras de Romeu Sassaki (2005), Emílio Figueira (2021), Saga e Ignarra (2023) e Judith Heumann (2020). No campo da comunicação para a cidadania, recorre-se a Ismar Capistrano Costa Filho (2021); no jornalismo, a Mauricio Liesen (2020); e, no que se refere à cultura da participação nos territórios virtuais, a Clay Shirky (2011). A escolha desses autores se justifica pela contribuição que oferecem para compreender as interseções entre deficiência, comunicação e participação social em ambientes digitais e midiáticos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Este trabalho destaca que a informação sobre a existência de cerca de 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de autismo no Brasil foi compartilhada por meio de uma abordagem que vai além dos números. Isso porque, além do dado quantitativo, diversas reportagens discutiram as dificuldades enfrentadas por essa população, com ênfase nos obstáculos relacionados ao acesso à educação e à saúde. O Jornal Nacional, com matéria vinculada ao portal G1, por exemplo, enfatizou essas barreiras, apontando para a urgência de políticas públicas mais inclusivas. Também foram observadas abordagens regionais, como a notícia que coloca o estado do Rio de Janeiro entre os três com maior número de diagnósticos registrados — o que pode estar relacionado a uma maior oferta de serviços de saúde ou à subnotificação em outras regiões. Outro ponto relevante foi o destaque dado ao fato de que muitos dos diagnósticos são recentes, o que sugere não apenas uma crescente conscientização social sobre o tema, mas também limitações nos próprios dados do IBGE, que dependem da autodeclaração e do reconhecimento formal do diagnóstico. Essa questão foi levantada em textos como o publicado pela Folha de S.Paulo, que aponta para a possibilidade de subdimensionamento da realidade.

Sob uma perspectiva crítica, a análise dessa cobertura permite observar um momento importante de visibilidade para a pauta da neurodiversidade no Brasil. Os formatos e autores envolvidos revelam um esforço dos meios de comunicação em tornar o tema acessível ao grande público. No entanto, a cobertura ainda apresenta desafios, como a necessidade de maior contextualização sobre o autismo, suas múltiplas

manifestações e os direitos da população autista. Outro fator relevante é a divulgação do tema nas plataformas digitais por influenciadores, com deficiência ou não, que, muitas vezes, amplificam estereótipos e contribuem para a banalização do autodiagnóstico do TEA. Esse é um ponto que merece estudos mais aprofundados, considerando que essa mediação tem pautado, com frequência, a comunicação de massa.

Por fim, destaca-se que a inserção do tema no Censo representa um avanço institucional relevante, mas os dados devem ser interpretados com cautela e acompanhados de políticas públicas concretas que garantam a inclusão e a cidadania das pessoas com autismo. Nesse sentido, vale mencionar o Mapa Autismo Brasil, primeira plataforma independente de inteligência de dados sobre o TEA no país, que atualmente encontra-se em fase piloto com dados disponíveis apenas para o Distrito Federal. É possível que seus resultados divergem dos do Censo, uma vez que seu alcance é totalmente digital, ao contrário do levantamento censitário, que é presencial e obrigatório.

Deste modo, este estudo abre novas perspectivas para investigações acadêmicas que possam abordar o impacto de dados sobre a deficiência à medida que o consumo sobre este tema aumenta nas redes sociais digitais, em paralelo à cobertura tradicional nos meios de comunicação.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Denise Teresinha et al. (org.). **Comunicação para a cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: INTERCOM, 2021.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2021.

HEUMANN, Judith; JOINER, Kristen. **Being Heumann: An Unrepentant Memoir of a Disability Rights Activist**. Boston: Beacon Press, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil. Agência de Notícias, 23 maio 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil>. Acesso em: 27 maio 2025.

LIESEN, Mauricio. **Comunicação e direitos humanos:** elementos para um jornalismo responsável. Curitiba: Intersaberes, 2020.

LYCARIÃO, Diógenes; SAMPAIO, Rafael. **Análise de conteúdo categorial:** manual de aplicação. Brasília: Enap, 2021

SAGA, Billy; IGNARRA, Carolina. **Manual Anticapacitista:** O que você precisa saber para se tornar uma pessoa aliada contra o capacitismo. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2023.

SASSAKI, Romeu. Inclusão: **Construindo uma sociedade para todos.** 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação:** Criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.